



Tribunal construído após anúncio de extinção

Mapa judiciário. Desde 2006 que se anuncia o fim da comarca de Cabeceiras de Basto, mas em 2009 um novo tribunal custou 3,2 milhões

LICÍNIO LIMA

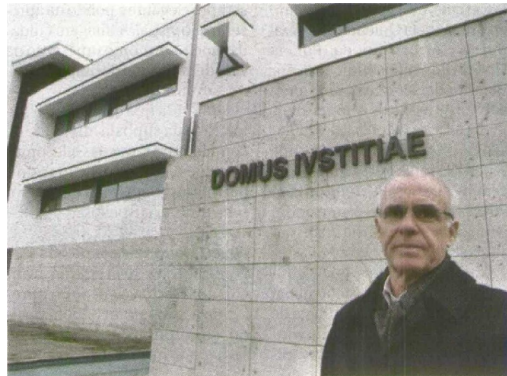
O fim da comarca de Cabeceiras de Basto, no distrito de Braga, proposto pelo Ministério da Justiça, está previsto desde 2006, quando o então ministro da Justiça Alberto Costa apresentou o projeto socialista para alteração do mapa judiciário. Mas, em maio do ano seguinte, o seu secretário de Estado Conde Rodrigues assinou um despacho a autorizar o concurso para a construção de novo palácio da justiça, de 3500 m², que iria custar ao Estado mais de três milhões de euros. A autarquia era presidida por Joaquim Barreto (*na foto*), que também liderava a Federação de Braga do PS.

As instalações correm agora o risco de ficar quase vazias, com a conservatória e as finanças, ali instaladas, a ocuparem apenas um terço do espaço. Em janeiro de 2008, o DN denunciou esta situação, quando não havia ainda edifício. Mas as obras avançaram. O novo tribunal foi inaugurado em julho de 2009, antes das eleições legislativas ganhas pelo PS.

Aquele palácio da justiça estava pensado desde 1995. Em Outubro de 1997 decidiu-se que ficaria apetrechado com um cartório notarial e conservatória dos registos civil e predial.

Porém, a decisão foi sendo adiada, uma vez que se debatia a revisão do mapa judiciário. Mas, em 2005, já com o PS a governar, o MJ elaborou um projeto com 3500 m², maior do que o pensado anteriormente, e lançou a obra a concurso. Porém, não se avançou porque o debate permaneceu.

Em finais de 2006, o ministro Alberto Costa anunciou a reforma do mapa judiciário prevendo



Presidente da câmara luta por manter aberto o palácio da justiça



O DN tinha avisado há 4 anos

reduzir para 35 as 233 comarcas então existentes. Contudo, a 17 de maio de 2007, o secretário de Estado Conde Rodrigues, em despacho a que o DN teve acesso, determinou que se dê sequência ao concurso para o tribunal, referindo que ali ficariam instalados outros serviços. A empresa vencedora foi a Arlindo Correia e Filhos,

sediada no concelho. A 19 de novembro do mesmo ano, Alberto Costa revelou que uma das comarcas a extinguir é a de Cabeceiras de Basto. Mas, o projeto da obra continuou. Quando o DN denunciou o caso foi então explicado que "o concurso estava já terminado e visado pelo Tribunal de Contas".

A atual ministra Paula Teixeira da Cruz mantém a proposta de extinção do tribunal. Os motivos são a diminuição da população em 6,37%, e o volume processual ser inferior a 250 casos por ano, com a ocupação permanente de dois magistrados e nove oficiais de Justiça. Quanto ao futuro das instalações, o MJ recorda que a proposta está ainda em debate.

Joaquim Barreto, que se mantém à frente do município e da Federação do PS, disse ontem estranhar e não aceitar o encerramento e garante que o município está determinado para, "em diálogo e com a força da razão", lutar pela manutenção do tribunal.

Ministério quer recuperar edifício da Feira

NEGÓCIO O Ministério de Justiça quer recuperar o antigo edifício onde funcionava o tribunal de Santa Maria da Feira, propriedade do Estado. As instalações foram abandonadas por estarem, alegadamente, em perigo de ruir. Mas, o atual secretário de Estado da Justiça, que já foi bastonário da Ordem dos Engenheiros, entende que um investimento de 1,5 milhões de euros em obras bastaria para restituir a segurança ao edifício, tendo-se evitado arrendar no outro lado da rua, por um período de 15 anos, um edifício que custa por ano 750 mil euros, signi-

ficando, no fim do prazo, um custo superior a 11 milhões de euros. O MJ já pediu ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) um estudo para analisar a viabilidade da realização da obra.

Ao que apurou o DN, o velho edifício foi abandonado em 2008 quando, um certo dia, numa das salas do tribunal estava a ser julgado um engenheiro, arguido num processo, que notou algumas fissuras nas paredes e logo comentou com a juíza o risco de o edifício ruir a qualquer momento. A magistrada, alarmada, comentou o assunto com a juíza presi-

dente, e logo o anterior ministro da Justiça tomou medidas. A solução foi arrendar um outro edifício há muito tempo vazio.

Mas, recentemente, Fernando Santo, secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do MJ, visitou o velho tribunal e comentou estar "surpreendido" com o abandono das instalações, frisando não ter visto "nenhum elemento estrutural debilitado". Por isso, pediu ao LNEC uma análise. O estudo ainda não está concluído, mas este é um dos contratos de arrendamento que o MJ vai renegociar, sabe o DN. **L.L.**